

Para uma agenda de trabalho sobre os cursos de Ciências Sociais e Antropologia e ensino a distância no Brasil

O quadro apresentado até aqui evidencia a necessidade de duas tarefas principais para dar continuidade à pesquisa sobre a oferta de cursos de graduação em Ciências Sociais e especializações em Antropologia na modalidade de EaD:

1. No que tange a graduação, aprimorar, atualizar e aprofundar o levantamento e comparação de informações, especialmente por meio de bases de dados complementares produzidas tanto por órgãos como o Inep mas também em níveis locais, como as próprias instituições de ensino superior. Isto permitirá: a) complementar as análises apresentadas anteriormente com outros indicadores, como níveis retenção e de evasão entre cursos na EaD e presenciais; b) comparar indicadores de avaliação e qualidade nos níveis dos cursos, IES e modalidades, tais como:
 - Conceito Enade (desempenho dos alunos).
 - Conceito Preliminar de Curso (avaliação do curso).
 - Índice Geral de Cursos (avaliação institucional).
 - Conceito Institucional (avaliação da IES in loco).
 - Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD) (valor agregado pelo curso ao desenvolvimento dos estudantes).
2. Avançar na caracterização das IES e dos cursos oferecidos na pós-graduação, especialmente EaD, com foco nas seguintes dimensões: a) análise do mercado dos cursos online, visando um

estudo detalhado das IES que dominam a oferta na EaD, especialmente as privadas, como a UNIASSELVI, que oferece o bacharelado de Antropologia online. O objetivo é identificar padrões, tendências e os agentes predominantes nesse mercado; b) descrição e avaliação dos currículos, considerando:

- Currículos dos cursos em antropologia na EaD, verificando sua adequação a referenciais de qualidade para a EaD.
- Perfil do corpo docente e dos coordenadores, analisando titulação, experiência e trajetória acadêmica, para verificar se atendem aos padrões de qualidade exigidos pelos processos regulatórios do MEC.
- Perfil dos estudantes e egressos, especialmente em relação a características socioeconômicas, motivações e desafios no acesso e permanência na educação superior.
- Inserção dos egressos dos cursos na EaD no mercado de trabalho, avaliando sua atuação no campo da Antropologia e as demandas profissionais da área.

Para avançar nessa direção, é fundamental recorrer aos dados do Inep e outras bases para completar o levantamento quantitativo e incorporar à análise indicadores de qualidade objetivos. Além disso, é oportuno realizar trabalho de campo ou, ao menos, conduzir entrevistas junto às IES, docentes, estudantes e egressos. Essas abordagens permitiriam uma caracterização mais completa dos cursos de Ciências Sociais e Antropologia na EaD e da percepção sobre sua qualidade. O objetivo, em todo caso, é aprofundar a análise das condições de oferta da EaD no Brasil, acompanhando o crescimento desse mercado, especialmente nas áreas das Ciências Humanas.

Em outras palavras, trata-se de compreender o que, nesse contexto, está sendo vendido, literalmente, como Ciências Sociais e Antropologia no país. Aqui, esboçamos apenas algumas questões que merecem uma investigação mais aprofundada. Como explicar a notável concentração de cursos de Antropologia online em Minas Gerais? Como interpretar a relação

atípica entre esses cursos e temas educacionais? Essa oferta, assim direcionada, reflete o predomínio da EaD na formação de professores no Brasil, conforme apontado pelo Censo da Educação Superior?

Para responder a essas perguntas, além da produção de dados empíricos por meio de bases de dados oficiais e trabalho de campo, é necessário também um levantamento rigoroso da bibliografia especializada. Esse levantamento deve abranger tanto estudos sobre as transformações e características do sistema de educação superior no Brasil quanto pesquisas sobre a expansão de grandes grupos econômicos em setores como a educação, o agronegócio e o extrativismo. A ABA pode desempenhar um papel fundamental nesse processo, por meio da atuação de diferentes comitês e comissões.

A Comissão Laicidade e Democracia pode contribuir ao identificar e caracterizar instituições de caráter confessional, religioso ou missionário que oferecem cursos nas áreas de Ciências Sociais e Antropologia. Essa investigação torna-se particularmente relevante porque conteúdos antropológicos podem estar presentes em cursos de pós-graduação *lato sensu*, mesmo quando o termo “antropologia” não figura explicitamente no nome do curso. Isso acontece, por exemplo, em cursos de áreas correlatas, como Linguística, cujas matrizes curriculares frequentemente incorporam disciplinas ou abordagens antropológicas. Um levantamento detalhado ajudaria a compreender não apenas a extensão da oferta de conteúdos antropológicos e sociológicos por instituições confessionais, mas também analisar como esses conteúdos são moldados por perspectivas religiosas. Esse fator pode ter implicações significativas para a formação acadêmica e profissional, lançando luz sobre como a Antropologia é ensinada e compreendida nesses contextos.

Já o Comitê Laudos Antropológicos e o Comitê Inserção Profissional podem contribuir para a análise da relação entre os estudantes dos cursos de Antropologia na modalidade EaD e temas sensíveis, como a expansão de missões religiosas, as políticas de governança ambiental, social e corporativa (*Environmental, Social and Governance, ESG*) e a produção de

“contralaudos”. Esses contralaudos, frequentemente utilizados em processos de titulação de terras, relatórios de impacto ambiental e outros documentos técnicos, podem prejudicar os direitos das comunidades com as quais os antropólogos trabalham. A atuação desses comitês permitiria aprofundar a compreensão dos impactos dessa dinâmica e desenvolver ações que fortaleçam a ética e a responsabilidade social na formação e na prática profissional em Antropologia.

Embora a conclusão desses cursos na EaD não garanta filiação à ABA nem o reconhecimento formal como antropólogos, é essencial monitorar a formação de redes profissionais que possam atuar em contextos sensíveis, como na produção de contralaudos que buscam deslegitimar demandas territoriais e sociais. O monitoramento dessas redes ajudaria a dimensionar os impactos da formação oferecida nesses cursos online e avaliar a participação de seus egressos em litígios que afetam diretamente comunidades indígenas, quilombolas e outras populações e grupos vulneráveis no Brasil.

Nesse sentido, a Diretoria da ABA, o Comitê de Inserção Profissional e a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia poderiam incluir em suas agendas um balanço específico sobre os cursos de graduação em Antropologia, com um olhar atento para o destino profissional de seus egressos. Essa iniciativa dialogaria com as discussões recorrentes sobre o reconhecimento público da profissão e contribuiria para uma caracterização mais precisa do perfil ocupacional desses profissionais. Tal levantamento torna-se ainda mais relevante diante das transformações recentes tanto na oferta de formação quanto no próprio mercado de trabalho.

Entre essas transformações, destaca-se o surgimento de novas demandas profissionais, como a atuação por meio da Assessoria Técnica Independente (ATI) e a crescente necessidade de especialistas para intervir em situações de crise, como em desastres ambientais. Após tragédias como as que ocorreram em Minas Gerais, antropólogos passaram a ser contratados como consultores para a mediação de conflitos, reparação de danos e negociação de interesses entre comunidades e empresas. Compreender essas novas funções e avaliar o impacto da formação em Antropologia

— especialmente na modalidade EaD — no perfil desses profissionais é essencial para refletir sobre o futuro da profissão e sua inserção no mercado de trabalho.

O atual cenário da oferta educacional no país não tem incentivado associações profissionais e científicas a adotarem posturas mais proativas em relação à definição da atuação profissional em suas respectivas áreas de conhecimento. No entanto, diante de demandas crescentes por posicionamentos públicos em temas sensíveis — como direitos difusos e impactos socioambientais —, talvez seja o momento de considerar a estruturação de formas mais articuladas de ação coletiva profissional, inspiradas em modelos já consolidados em áreas como Engenharia, Enfermagem e Psicologia, além daquelas que talvez tenham maior visibilidade pública, como Medicina e Direito.

* * *

Uma nova consulta à plataforma e-MEC, realizada em outubro de 2024, revelou diferenças em relação à consulta anterior, feita entre novembro de 2023 e fevereiro de 2024. O primeiro dado notável foi a redução no número de cursos registrados na plataforma. Em 2023, havia um total de 245 cursos de especialização em Antropologia, dos quais 208 encontravam-se ativos, o que representava 89,4% do total. Quase um ano depois, em outubro de 2024, o número total de cursos caiu para 211, dos quais 177 estavam ativos, cerca de 83,89%. Essa diminuição reflete uma redução de 13,88% no número total de cursos (ativos e inativos) e uma redução maior de 14,90% no número de cursos ativos.

Além dessa redução, a última consulta revelou novas informações na plataforma, relacionadas a processos administrativos que impactaram alguns cursos, como “descredenciamento voluntário” e “descredenciamento por medida de supervisão”. Também foram registradas observações como “Em supervisão — procedimento sancionador com medida cautelar”

e “Suspensão de ingresso nos cursos de especialização *Lato Sensu*”, indicando sanções aplicadas a determinadas instituições.

Um exemplo é o do Instituto Superior de Educação Ateneu (ISEAT, código e-MEC 2320), mantido pela Instituição Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão Ltda. (código e-MEC 17056). Após um procedimento sancionador, a Portaria SERES/MEC nº 228, de 12 de junho de 2024, suspendeu por dois anos a oferta de novos cursos pela instituição, tanto presenciais quanto a distância. No entanto, a medida permitiu a conclusão das turmas iniciadas até março de 2024 e determinou o encerramento de todas as ofertas irregulares de segunda licenciatura e complementação pedagógica na modalidade EaD.¹⁸ O impacto dessas sanções na redução do número de cursos ainda precisa ser mais bem compreendido, especialmente no contexto das políticas de supervisão e regularização.

Esse cenário reforça um debate essencial sobre a democratização do ensino superior no Brasil. No artigo “Democratização ou massificação do Ensino Superior no Brasil?”, Maria Lígia Barbosa (2019) questiona se o aumento no número de matrículas significa, de fato, maior igualdade de oportunidades educacionais e sociais. Ela indaga a existência de “graus de democratização” e aponta que, apesar dos avanços no acesso, fatores como origem social, raça e gênero continuam a determinar as trajetórias educacionais dos indivíduos. Alguns estudos sugerem que o próprio sistema de

18 A sigla “Ltda.” significa “Limitada”, “Sociedade limitada” ou “Sociedade empresarial limitada”, um tipo de empresa na qual a responsabilidade dos sócios limita-se ao valor que investiram no negócio (bens materiais, dinheiro, imóveis que compõem o capital social da empresa). Isso protege seus bens pessoais de eventuais dívidas corporativas. No setor educacional, várias empresas de menor porte usam essa estrutura devido à flexibilidade fiscal e operacional. No entanto, grandes grupos educacionais geralmente optam por ser companhias de capital aberto, o que lhes permite captar investimentos na Bolsa de Valores. Em 2012, essas empresas já detinham participação de 39,3% do mercado educacional brasileiro, especialmente na EaD, atuando com foco em fusões, aquisições e maior rentabilidade (Santos *apud* Andrade, 2023, p. 8. Ver também Scudeler, 2022). Para um estudo da atuação dos conglomerados educacionais de capital aberto também na educação básica, ver Costa (2020).

ensino superior reproduz desigualdades, direcionando estudantes menos favorecidos – especialmente negros, mulheres e pessoas de baixa renda – para cursos e instituições de menor prestígio (Carvalhoes; Ribeiro, 2019).

Assim, a democratização do ensino não pode ser analisada apenas pelo prisma do aumento das vagas, mas também pelas condições e qualidade da formação oferecida (Vega Sanabria, 2021). Essas evidências, que começam a ser investigadas em nosso país, tornam o debate sobre a democratização do ensino superior um ponto essencial na construção de uma sociedade mais justa.

No caso da EaD, um aspecto fundamental é precisamente a qualidade dos cursos ofertados nessa modalidade. O aumento do número de vagas e matrículas não pode ser automaticamente equiparado a uma expansão inclusiva se a qualidade da educação for negligenciada. Uma oferta massificada e precarizada reforça desigualdades já enraizadas, condenando os menos privilegiados a uma formação de segunda ou terceira categoria – um problema que ocorre tanto na modalidade presencial quanto na EaD.

Além das limitações estruturais e históricas do sistema de educação superior no Brasil, é fundamental levar em conta outros fatores, relacionados à experiência das instituições, grupos e pessoas envolvidas na EaD. Em uma análise mais ampla desse modelo, elementos objetivos e subjetivos se misturam para compor um cenário ainda mais desafiador.

Um aspecto central está relacionado ao fato de que, ao utilizar tecnologias educacionais e dispositivos eletrônicos mais baratos e maior alcance, a EaD parece cumprir de maneira mais eficiente a promessa da interatividade. Ela promete responder, em tempo real, às expectativas e demandas dos seus clientes, consumidores ou estudantes. Não é por acaso que a publicidade dos cursos online reforça constantemente a ideia de uma educação flexível, acessível quando e onde o estudante desejar. No entanto, ainda cabe investigar até que ponto as experiências reais dos estudantes correspondem a essas expectativas e como a interação digital impacta o aprendizado e a construção do conhecimento.

Outro aspecto relevante refere-se justamente ao caráter personalizável das interações na educação. Ao flexibilizar e adaptar os produtos às necessidades de cada estudante, a EaD apresenta-se como algo ao alcance de todos, permitindo que cada um “faça do seu jeito”, ao contrário dos modelos convencionais da educação presencial. Esse modelo, que lembra o de plataformas digitais de serviços personalizados (como aplicativos de transporte, entrega de comida, streaming, esporte e outros serviços), pode, por um lado, representar uma maior sensibilidade às particularidades dos alunos. Por outro, como sabemos por nossas interações diárias com algoritmos, essa padronização também pode gerar empobrecimento, repetição e rebaixamento da experiência educacional. Sem pesquisas aprofundadas, essas preocupações permanecem no campo das hipóteses.

Por fim, não se pode ignorar a capacidade de capilarização territorial do ensino a distância. Mesmo com suas limitações, a EaD possibilita que o conhecimento e as oportunidades educacionais alcancem localidades onde um curso presencial jamais seria instalado. Esse fator tem implicações importantes para a redução de desigualdades regionais e o acesso à formação superior. No entanto, a problema central permanece: em que condições essa educação está sendo oferecida?

Esse cenário se impõe a todas as instituições que atuam na oferta de ensino superior no país. Cabe também às universidades públicas — estaduais e federais — investigarem as resistências e possibilidades relacionadas ao desenvolvimento da EaD em suas redes. As mudanças em curso, pela escala e velocidade com que se apresentam, não podem ser ignoradas: elas deslocam o centro de gravidade de todos os setores, áreas e cursos. Diante disso, é necessário perguntar: o que tem a universidade pública a oferecer nesse contexto? Quais são suas experiências bem-sucedidas? Existem centros de excelência já consolidados nessa modalidade? Quais os principais obstáculos e oportunidades para uma atuação mais estruturada da rede pública na educação a distância? A expansão acelerada da EaD será apenas observada de longe ou as instituições públicas buscarão formas de participação ativa e qualificada nesse campo?

A mercantilização da educação superior, amplamente evidenciada pelas pesquisas das últimas duas décadas, transformou cursos, diplomas, trabalho docente e outros produtos educacionais em mercadoria. Nesse modelo, a busca por lucro e pela ampliação do mercado educacional torna-se um objetivo central. O capital movimentava-se dentro do setor educacional e, nesse aspecto, a EaD tem se mostrado particularmente eficiente. A questão que se impõe é: a que custo?

Se, como a própria educação, os cursos de Antropologia também se tornam mercadoria, é urgente entender, como dito antes: o que exatamente está sendo vendido como “Antropologia” pelas grandes corporações que dominam o ensino superior no Brasil? Diante do modelo de negócio que as originam, como as práticas pedagógicas e didáticas garantem — ou não — a qualidade e a integridade da formação na disciplina? E, mais do que isso, de que maneira esse fenômeno afeta a configuração do campo formativo e o exercício profissional da Antropologia no país?

Responder essas perguntas exige não apenas pesquisa, mas também ação. O desafio que se impõe vai além da regulamentação da EaD e dos cursos online; envolve também a necessidade de articulação política e institucional para enfrentar o poder das grandes corporações e grupos de interesse que operam no setor educacional. Se a educação superior — e, com ela, a formação em Antropologia — está sendo moldada por lógicas de mercado, é fundamental que as instituições de ensino e as associações profissionais atuem ativamente para garantir que esse processo não ocorra em detrimento da qualidade da formação, da ética profissional e do compromisso social da Antropologia no Brasil.